

ASCOOB: PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO (2008-2011) COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Jucinéia Evangelista Ribeiro¹ ; Edinusia Moreira Carneiro Santos²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda do Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: jucineia_geouefs@hotmail.com

2. Orientadora, Professora Doutora do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: nusiafs@hotmail.com

Palavras Chave: Agricultura Familiar, Movimentos Sociais, Plano Plurianual Participativo (PPA-P/ 2008-2011)

INTRODUÇÃO

Na Bahia, como em todo o Brasil o planejamento estatal geralmente foi formulado sem a participação ou consulta da população, isto gerava um planejamento que não proporcionava pensar as particularidades e demandas da sociedade.

Para que houvesse um planejamento mais inclusivo foram necessárias muitas mobilizações sociais como dos sindicatos, associações e cooperativas de trabalhadores rurais que buscavam ser ouvidos nas suas demandas por melhores condições de sobrevivência no espaço rural. Essas mobilizações resultaram num planejamento mais participativo na Bahia e que teve um melhor destaque com a criação dos Territórios de Identidade, este modelo de planejamento territorial foi adotado a partir do ano de 2007, na gestão do governador Jaques Wagner.

Assim, por meio das ações desenvolvidas para o fomento da agricultura familiar na Bahia, tendo o Plano Plurianual Participativo (PPA-P/ 2008-2011) como instrumento institucionalizador, bem como de grupos organizados. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a ação da ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar) e sua possível participação na elaboração do PPA- P (2008-2011).

A relevância do trabalho parte da necessidade de avaliar a atuação dos movimentos sociais no sentido de buscar ações que garantam renda e dignidade ao homem do campo, fortalecendo assim, sua identidade cultural, a partir da proposta de atuação comunitária nas atividades voltadas à agricultura familiar nos Territórios de Identidade.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa estão divididos em três etapas: A primeira parte referente à revisão de literatura e montagem do referencial teórico, tratando de conceitos como: Território de Identidade, Participação Popular, Movimentos Sociais e Agricultura Familiar, através de pesquisa bibliográfica em livros, teses e pesquisa documental em sites oficiais como: a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A segunda etapa consistiu na caracterização da ASCOOB através dos sites das filiadas e da ASCOOB Central, bem como em publicações feitas pela entidade. Esta etapa objetivou conhecer a história e a abrangência de atuação nos Territórios de Identidade. A terceira etapa incidiu em uma

entrevista com o presidente e o diretor da ASCOOB Central. A entrevista objetivou obter informações relacionadas à participação da ASCOOB na elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual Participativo (PPA-P / 2008-2011), bem como conhecer as ações desenvolvidas para o fomento da agricultura familiar. Ao final foi realizada a análise dos dados obtidos onde as informações estão expressas em forma de texto e quadros que compõem o relatório final de iniciação científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os movimentos sociais no estado da Bahia foram decisivos no fomento de políticas públicas mais democráticas, tiveram um caráter mais inovador e inclusivo a partir da elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA-P/ 2008-2011). Segundo (Scherer e Warren, 1989) o conceito de movimento social pode ser definido como “uma ação de um grupo que tem os mesmos objetivos e buscam a efetivação de um projeto que venha contemplar a todos os participantes deste grupo ou a sociedade como um todo”.

A elaboração do PPA-P (2008-2011) foi o marco inicial para um planejamento estatal que tinha como objetivo ouvir as demandas da população em relação às especificidades encontradas nos Territórios de Identidade. Os principais temas discutidos nas plenárias que ocorreram nos 26 Territórios de Identidade estavam ligados à educação, saúde e geração de emprego e distribuição de renda, com ênfase na agricultura familiar, áreas já definidas como prioritárias no Plano de Governo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013) para ser considerado um agricultor familiar tem que está em concernência com os seguintes critérios: possuir renda familiar em torno de 80% da atividade agropecuária, bem como possuir ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais e ainda explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário, utilizam mão-de-obra predominantemente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes, residem no estabelecimento ou em aglomerado rural ou urbano próximo dele, e geram uma renda anual máxima de até vinte e sete mil e quinhentos reais.

A agricultura familiar ainda sofre a constante falta de apoio para a promoção e permanência do trabalhador rural no campo. Para Wanderley (2001) o agricultor familiar, ainda enfrenta muitos problemas relacionados à modernização dos instrumentos de trabalho no campo, onde os trabalhadores rurais acabam não tendo acesso aos equipamentos que podem dinamizar as suas atividades. Assim o PPA-P acabou sendo uma importante ferramenta para institucionalizar políticas públicas que possam garantir que o trabalhador rural tenha apoio e possa desenvolver suas atividades.

Os principais programas e fundos de crédito para o promoção da agricultura familiar mencionados no PPA-P (2008-2011) são: os programas financiados pelas instituições financeiras internacionais (Banco Mundial), dos fundos constitucionais (combate à pobreza), do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Água para Todos.

ASCOOB: participação na elaboração do Plano Plurianual Participativo (2008-2011)

A ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar) é uma entidade tem a finalidade de aglutinar forças para o cumprimento dos princípios do cooperativismo de crédito tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural. Atualmente a entidade é composta por cinco cooperativas e mais duas filiadas e têm pontos de atendimento em 19 municípios do estado da Bahia, presentes nos Territórios de Identidade do Sisal, Portal do Sertão, Baixo Sul, Piemonte da Diamantina e ainda dispõe das seguintes filiadas: Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Paraguaçu (CREDI PARAGUAÇU), presente no Território de Identidade do Recôncavo e a Cooperativa de Crédito Rural dos

Produtos da Região de Irecê (CREDIRURAL) localizada no Território de Identidade de Irecê. As cooperativas de crédito citadas são coordenadas pela ASCOOB Central localizada no município de Feira de Santana, no Território de Identidade Portal do Sertão. A ASCOOB Central surgiu a partir de uma necessidade de ter uma representante legal das suas Cooperativas de Crédito Rural. Segundo seu presidente “a ASCOOB Central é uma associação que tem a representação política e institucional do sistema, ou seja, a ASCOOB Central é uma ONG, onde busca projetos com governo e projetos internacionais que possam custear algumas coisas as filiadas como: treinamento, capacitação, curso de difusão do cooperativismo, então vai custear para os instrutores transporte, alimentação, hospedagem” (Presidente da ASCOOB Central, 2013). Atualmente o público alvo das ações desenvolvidas pelas cooperativas filiadas a ASCOOB é: o pequeno agricultor rural, os pequenos e médios empreendedores rurais não agrícolas como: borracharia, oficina de bicicleta e moto e a economia solidária como grupos de mulheres e jovens que tem em comum algum empreendimento no meio rural. A Figura 01 sintetiza as cooperativas que integram a ASCOOB Central e os municípios sede.

Figura 01. Cooperativas de Crédito rural vinculadas a ASCOOB Central (2013)

Cooperativas	Município sede	Principais Parceiros	Número de Cooperados	Principais Atividades Rurais Financiadas
Cooperativa de Crédito Rural de Araci (ASCOOB COOPERAR)	Araci	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)	7.378	Caprinos, ovinos, sisal, mandioca, feijão, milho, apicultura
Cooperativa de Crédito Rural Costa do Dendê	Valença	-	1.171	-
Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte (ASCOOB CREDIMONTE)	Jacobina	Igrejas, associações, sindicatos, escolas e outros movimentos sociais do município de Jacobina	1.754	Caprinos, suínos, aves, apicultura, forrageiras
Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha (ASCOOB SISAL)	Serrinha	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), APAEB e MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais)	6.311	Milho, feijão, mandioca
Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Itapicuru (ASCOOB ITAPICURU)	Santa Luz	MOC, CEAIC (Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santa Luz), STRs, Pólo Sindical da Região Sisaleira	7.021	sisal, mandioca, feijão, milho, ovinos, bovinos, caprinos e apicultura
Cooperativa de Crédito Rural dos Produtos das Regiões de Irecê (CREDIRURAL)	Irecê	-	-	-
Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Paraguaçu (CREDI PARAGUÁÇU)	Governador Mangabeira	-	-	-

Fonte: ASCOOB Central
Elaborado por: RIBEIRO, J. E

Em relação às ações desenvolvidas pela ASCOOB para o fomento da agricultura familiar, bem como sua participação nas plenárias para elaboração do PPA-P (2008-2011), foi constatado por meio de uma entrevista que a entidade não participou das plenárias ocorridas nos Territórios de Identidade. Segundo o diretor a participação ocorreu enquanto pessoas físicas, ou seja, os sindicatos dos trabalhadores rurais, que fazem parceria com a associação, mas a entidade não participou e nem acompanhou e elaboração do PPA-P (2008-2011). O

entrevistado expôs que as cooperativas que integram a associação ASCOOB tem uma participação nos Territórios de Identidade, onde buscam junto ao governo do Estado créditos para o fomento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Vida Melhor e do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE). O entrevistado ainda destacou que a não participação das plenárias para a elaboração do PPA- P (2008-2011) foi um fator negativo, visto que participação seria uma maneira de contribuir para ampliação das políticas públicas voltadas para o crédito rural a exemplo do PRONAF, todavia, ainda não conseguiram envolver os diligentes das cooperativas da associação ASCOOB, sendo que a participação nos processos reivindicatórios é ainda algo para amadurecido pelas cooperadas ASCOOB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da agricultura familiar na Bahia através da mobilização dos grupos organizados tem conseguido um planejamento estatal que contemple as especificidades econômicas, sociais nos Territórios de Identidade a exemplo da consulta popular para elaboração do PPA-P (2008-2011).

No tocante à atuação da ASCOOB para o fomento das atividades econômicas agrícolas e não agrícolas rurais a mesma não tem participação junto aos movimentos sociais ligados a agricultura familiar, sendo que sua atuação ocorre através da busca por fundos de investimento junto ao governo do Estado. No entanto, os cooperados a ASCOOB poderiam ter maior êxito se a entidade também estivesse engajada às manifestações da sociedade na luta por um planejamento mais democrático.

REFERÊNCIAS

ASCOOB Central. Disponível em: <http://www.ascoobcentral.com.br/cooperativas-filiadas.php>. Acesso em 10/10/12.

BAHIA. Caderno do PPA Participativo (2008-2011). Salvador, 2008. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm. Acesso em: 10 de Set. de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio099.pdf. Acesso em: 01/08/2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. UFSC, Florianópolis, 1989.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. UPF, Passo Fundo- RS, 2001.